

A Reincorporação dos Sindicatos Têxteis no Cenário Político Uruguaio^(*)

Francisco Pucci
(CIESU)

Introdução

Este trabalho propõe-se a analisar o sindicalismo têxtil uruguaio no período compreendido entre os anos 1974 e 1989. Nele se distinguirá a evolução do contexto político global como cenário macroinstitucional, no qual será aprofundada a análise das práticas internas do sindicato têxtil. Interessar-nos-á particularmente o estudo da evolução na formulação das demandas do sindicato têxtil, suas ações mais importantes no período que consideraremos, suas divisões internas e as formas de relação com as forças políticas relevantes do período.

Creemos que será útil para os efeitos deste trabalho considerar quatro fases no período de transição, e para cada uma delas analisaremos o cenário político global e as respostas organizativas correspondentes, que o sindicato têxtil desenvolveu em cada fase.

Por último nos deteremos na análise de um conflito ao redor da introdução de mudanças tecnológicas, que adquiriu relevância especial para o sindicato têxtil e para o movimento sindical em geral, à medida em que se constituiu numa antecipação de futuros conflitos vinculados a essa problemática.

^(*) Este trabalho insere-se numa pesquisa mais ampla, desenvolvida pelo CIESU, acerca das "Condições da Institucionalização Democrática no Uruguai", com o apoio da Fundação Ford.

1 A Relevância do Sindicato Têxtil

As razões que nos levaram a escolher o sindicato têxtil como organização específica dentro do movimento operário, para servir como eixo da análise, tem a ver com as considerações seguintes:

- O Congresso Operário Têxtil (COT) é um sindicato com longa tradição no movimento operário uruguaio. Formado nas primeiras etapas da industrialização do país, participou nas diversas experiências de negociação salarial desenvolvidas a partir da "Lei de Conselhos de Salários" de 1943, sendo um dos fundadores da CNT, que passou a constituir-se na central única dos trabalhadores desde 1966.
- A indústria têxtil uruguaia foi um dos setores que passou por maiores modificações estruturais como consequência da política de reconversão industrial. Isto obrigou os sindicatos têxteis a elaborar estratégias inovadoras face às vigentes no meio sindical uruguaio, com vistas a responder a tais desafios.
- O COT foi um dos sindicatos de maior relevância no período de reconstrução democrática. Participou dos processos institucionais de negociação trabalhista desenvolvidos a partir de 1985, logrou vantagens salariais importantes após conflitos prolongados e foi o primeiro sindicato que negociou os impactos da introdução tecnológica numa greve de mais de dois meses de duração.

As diferentes fases macroinstitucionais propostas neste trabalho significaram, em cada caso, diferentes respostas do sindicato têxtil. No entanto, parece importante destacar que não houve no sindicato têxtil um "tempo interno" que permitia falar de uma periodização alternativa à assinalada pela evolução institucional, nem uma evolução diferente à experimentada pelos demais sindicatos. A forte dependência ao cenário macroinstitucional que permeia a ação do movimento sindical, relativiza a possível diferenciação de etapas ou itens micro-organizativos específicos. Ao contrário, o sindicato têxtil parece ter acompanhado a evolução do processo institucional "macro" na mesma medida em que o fizeram os demais sindicatos do movimento operário uruguaio. A diferença radical é que o sindicato têxtil foi um dos que lideraram as respostas estratégicas do movimento sindical nas diferentes fases, sendo além disso, o sindicato que enfrentou desafios inovadores até então desconhecidos no sindicalismo uruguaio.

Na suposição, então, de que resulta muito difícil estabelecer rotas singulares para o sindicato têxtil, ou para qualquer outro sindicato uruguaio, passaremos aos traços principais de cada fase e as suas respostas organizativas.

2. Fase de Repressão

Esta primeira fase prolonga-se, em suas linhas gerais, de 1973 a 1980. Os traços salientes da fase são a ausência de liberdades públicas, a dissolução dos partidos políticos, a dissolução da central dos trabalhadores, a proibição de toda manifestação de atividade sindical e a perseguição dos militantes políticos de esquerda e dos líderes sindicais.

Para o movimento sindical, o período autoritário significou a repressão e o cancelamento de toda a atividade, a declaração de ilegalidade da CNT (Central Única dos Trabalhadores Uruguaios), e a perseguição, prisão e exílio dos principais dirigentes sindicais. Uma das características que se têm sublinhado para o período foi a altíssima eficácia que logrou a repressão do governo militar⁽¹⁾. De junho de 1973 até a promulgação da Lei de Associações Profissionais (1981), os sindicatos tiveram um nível de atuação praticamente nulo no país.

A primeira medida adotada foi a declaração de ilegalidade da CNT, tipificada como associação ilícita. Posteriormente, o decreto 622/73 regulamentou a constituição de novos sindicatos, os quais deveriam eleger seus dirigentes através de um sistema de eleições secretas. Por outro lado, votava-se a participação daqueles sindicalistas com reconhecida filiação a partidos ou grupos de tendência marxista ou "revolucionária".

Como afirma Gargiulo⁽²⁾, resulta difícil avaliar se o decreto 622/73 foi apenas um recurso formal para travar a reorganização sindical sem deixar de reconhecê-la na legislação, ou se efetivamente os militares criam que fosse viável a constituição de um "novo sindicalismo". De todos os modos, o ressurgimento dos antigos líderes sindicais vinculados à extinta CNT nos contatos em que foram realizadas eleições, determinou o rápido fracasso do projeto.

Foi somente a partir de 1977 que o tema sindical voltou a ser considerado, quando se autorizou (por parte do Conselho de Estado) a criação de comissões paritárias por empresa, que funcionariam de maneira provisória, enquanto não se criasse uma legislação de fundo. Estas comissões deviam atender a tudo o que se refere às relações trabalhistas no nível da empresa, ficando proibida qualquer atividade direta ou indiretamente vinculada com a política.

Após três anos de tramitações, aprovou-se em 1981 a Lei de Associações Profissionais, que sistematizou num corpo legal a ação das comissões paritárias e, ao mesmo tempo, estabeleceu os critérios que deveriam regular a formação das futuras organizações sindicais.

Foram as seguintes as características mais importantes deste conjunto normativo:

- 1 Estabeleceu como associação de primeiro grau os sindicatos por empresa, sobre os quais recaiu a capacidade de tratar os assuntos vinculados à temática trabalhista;
- 2 Toleraram-se as associações de segundo grau (associação de sindicatos por empresa) e as de terceiro grau (associação de federações), embora a esfera da negociação seja circunscrita às associações de primeiro grau;
- 3 Proibia a atuação dos antigos líderes sindicais e de todos aqueles vinculados a grupos de esquerda;
- 4 Proibia qualquer tipo de atividade vinculada direta ou indiretamente com a política.

O sistema normativo proposto obstruía a negociação coletiva por ramo de atividade, eliminava os organismos de direção central e atomizava a negociação entre empresários e trabalhadores ao nível de cada empresa. Dadas as características da estrutura industrial uruguaia, com predomínio de pequenas empresas, a constituição de organização operária sob este conjunto normativo necessariamente levaria à fragmentação e à debilidade do movimento sindical.

Contudo, ao contrário das pretensões oficiais, a promulgação da Lei de Associações Profissionais abriu um espaço legal que possibilitou a reorganização do sindicalismo, processo que culminaria com o fortalecimento dos setores políticos que se buscava excluir.

Da perspectiva micro-organizacional, para os operários têxteis como para a maior parte dos sindicatos operários, este período se caracterizou pela quase inexistência de manifestações de caráter sindical, subsistindo um setor de dirigentes cuja atividade clandestina teve escassa eficácia política.

A partir de 1980, com as primeiras manifestações de abertura do sistema político, o sindicalismo têxtil começou uma fase de crescente reorganização. Encontramos nas suas origens os esforços de um conjunto de líderes novos, formados na luta clandestina que, apesar de tudo, manteriam laços estreitos (ideológicos e organizativos) com as matrizes históricas do movimento operário uruguaio. Neste sentido, a reorganização sindical em geral não apresentou rupturas marcantes com a tradição sindical, em um contexto global também caracterizado por uma tônica restauradora, de estruturas políticas congeladas pelo governo autoritário, com a escassa inovação de instituições ou grupos políticos.

3 Fase de Liberalização Política

Podemos situar este período entre 1980 e 1983. Do ponto de vista macro-institucional, o Plebiscito de 1980 e as eleições internas dos Partidos Políticos em 1982 pautaram o processo de crescente redemocratização política, que culminou com as eleições nacionais de 1984.

Esta redemocratização manifestou-se ao nível sindical com o surgimento de diversas centrais que passaram a disputar a hegemonia junto aos trabalhadores. A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGTU), a Central Autônoma de Trabalhadores Uruguaios Democratas (CATUD), a Ação Sindical Uruguuaia (ASU) e a Comissão Nacional de Direitos Sindicais (CNDS) - com o claro favoritismo do governo militar pela CGTU - foram, afinal, derrotadas pelo PIT (Plenário Intersindical de Trabalhadores), que alcançou a hegemonia com base nos apoios conquistados interna e externamente⁽³⁾.

A capacidade para nuclear maior quantidade de sindicatos, manifesta claramente no ato de 1º de maio de 1983, e o reconhecimento de uma das mais importantes instâncias sindicais internacionais (CIOSL) consolidaram a presença do PIT como único e legítimo representante dos trabalhadores. O PIT reivindicou a posição de continuador histórico da anterior CNT, mantendo as posições tradicionais de "classismo" e defesa da autonomia do movimento sindical frente ao Estado.

Os grupos políticos de esquerda, ainda debilmente estruturados, foram, apesar disso, os detentores do controle político da central - embora em seu início se produziu uma mudança na tradicional correlação de forças. Os grupos comunistas, dominantes na anterior CNT, encontraram-se em minoria no PIT, no qual existiu, na primeira fase do processo redemocratizador, uma acentuada liderança dos grupos não comunistas (Partido Socialista, Partido por la Victoria del Pueblo, Izquierda Democrática Independiente, anarquistas, democratas cristãos etc.), particularmente dos mais radicalizados.

Para o sindicato têxtil, como para a maioria dos sindicatos, este período caracterizou-se por formas de participação espontâneas, fraca separação entre bases e dirigentes sindicais e peso débil das tradições partidárias. Ao nível das lideranças formaram-se dirigentes jovens, constituídos pela luta contra o regime militar, com pouca experiência de negociação e que desenvolveriam em sua atuação um estilo fortemente radicalizado e ideologizado. As demandas que estes dirigentes processavam eram totalizadoras e inegociáveis, e cumpriam antes de tudo uma função de identificação do grupo em seu processo de formação. Por outro lado, estas demandas respondiam diretamente às orientações reivindicativas das bases sindicais, sem um controle e seleção prévios por arte dos dirigentes.

Por sua vez, o movimento sindical em seu conjunto e com ele o sindicato têxtil, assumiram funções de representação dos grupos políticos clandestinos, razão pela qual o seu discurso voltava-se às reivindicações de plena legitimidade e autonomia de ação dos sindicatos, liberdade para as lideranças e militantes, cancelamento das restrições ao retorno dos antigos militantes sindicais exilados, e repúdio à política econômica do governo militar.

Esta função de sobre-representação política assumida pelo movimento sindical converteu-se num ator relevante do cenário político, até à consolidação da democracia. Sua participação nas conversações e nos acordos da CONAPRO (Concertação Nacional Programática) cimentou as bases do futuro processo de institucionalização das relações trabalhistas, desenvolvido pela equipe do Partido Colorado.

4 Fase de Acordo Nacional

Em inícios de 1984 começou o processo de concertação nacional entre as formas políticas opositoras ao regime militar e os movimentos sociais mais representativos do cenário político nacional. Os objetivos deste acordo foram iniciar um processo de negociação, que culminaria com a transferência do poder pelos militares a uma equipe civil. Para garantir um mínimo de estabilidade política para o futuro governo civil, as forças políticas e sociais opositoras deveriam chegar a certos acordos básicos que afastassem a perspectiva de outra intervenção militar⁽⁴⁾.

O movimento sindical, junto com representantes partidários, o movimento estudantil, os empresários, os cooperativados dos planos estatais de moradia agrupados em FUCVAM, e os grupos de defesa dos direitos humanos agrupados em SERPAJ, constituíram a Mesa Executiva da CONAPRO (Concertação Nacional Programática) - cujos objetivos naquele momento foram elaborar uma estratégia de diálogo com as Forças Armadas, para encarar o processo eleitoral de novembro de 1984 e elaborar um plano de emergência com apoio de toda a oposição.

As conversações formais entre empresários e trabalhadores não lograram superar as dificuldades acumuladas durante os anos de repressão política, embora continuassem mantendo relações através de mediações partidárias. Em janeiro de 1984 ocorreu a primeira greve geral desde a instauração do regime militar.

A partir desse momento e até o ascenso do novo governo, a atividade dos sindicatos têxteis do ponto de vista micro-organizacional caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma altíssima conflitividade trabalhista, em especial nos últimos meses do governo

militar, uma presença sindical mais orgânica e estruturada ideologicamente, uma elevada participação dos trabalhadores e o começo de uma intensa disputa interna pela liderança entre os grupos políticos próximos ao movimento operário.

Durante os meses de janeiro e fevereiro de 1985, no período de “vazio de poder” existente desde o dia das eleições até a posse do governo democrático, os sindicatos têxteis desenvolveram uma forte mobilização na busca pela recuperação do salário real, claramente deteriorado durante o período autoritário.

Tal mobilização contou com participação ampla das bases sindicais, num clima de efervescência política geral. O estilo radical de ação sindical e a pouca separação existente entre a base e a direção, continuavam orientando a reivindicação dos trabalhadores têxteis ao cenário público, ao mesmo tempo em que se esboçavam os primeiros passos para a organização formal do sindicato. Neste sentido, as discussões em torno da “representatividade” dos líderes sindicais, e quanto aos processos formais de escolha dos líderes, combinaram-se com a ação orientada à reivindicação salarial e ao reconhecimento da organização sindical frente aos empresários e ao sistema político.

Simultaneamente, no cenário político mais amplo, os partidos políticos começavam também um processo intenso de reorganização, a partir das matrizes partidárias existentes antes do golpe militar. Este processo afetou significativamente o movimento sindical em geral, e os têxteis em particular. A recomposição dos grupos de esquerda da política uruguaia incluiu uma forte disputa pelo controle do movimento sindical. Este processo de recomposição partidária e o desenvolvimento de novos âmbitos de institucionalização das relações trabalhistas modificaram profundamente as relações entre as bases e as lideranças, e a forma de processar as demandas do grupo, ao mesmo tempo em que definiam desenvolvimento de cisões internas no sindicato têxtil e no movimento operário em geral.

5 Fase de Consolidação Democrática

A vitória do Partido Colorado nas eleições de 1984 inaugurou a fase de consolidação das instituições democráticas.

Para o movimento sindical os traços mais salientes desta etapa foram a constituição de uma arena específica de negociação entre o capital e o trabalho, com a presença dirigente do governo através do MTSS, a criação de procedimentos de negociação salarial para o setor privado, a assinatura de convênios coletivos que melhoraram relativamente a renda dos trabalhadores enquanto reduziam a conflitividade; a reorga-

nização formal do movimento operário e a intensificação da disputa interna pelo controle político da estrutura sindical.

O ressurgimento das identidades partidárias que já mencionamos e a volta dos antigos dirigentes sindicais do exílio ou da prisão implicaram numa dupla fratura para o movimento sindical uruguaio. Em primeiro lugar, a jovem liderança formada na resistência ao governo autoritário e que dera origem ao PIT, foi substituída pelos dirigentes que haviam experimentado a etapa democrática prévia ao golpe de Estado. Estes antigos líderes tinham uma longa experiência da direção sindical e uma grande capacidade de negociação com os empresários. Tal substituição marcou uma mudança de estilo do movimento sindical, que passou de uma postura de oposição radicalizada e ideologizada, a uma atuação que reconhecia claramente os limites nos quais deviam desenvolver-se as mobilizações para satisfazer as demandas dos trabalhadores.

Por sua parte, a recomposição partidária agudizou a competição política interna, que chegou a seu ponto mais elevado no Terceiro Congresso Sindical do ano de 1985, quando parecia que a luta interna levaria à criação de uma central alternativa. A disputa ocorreu basicamente entre os setores comunistas, que vinham retomando o controle de numerosos sindicatos, e o restante das frações políticas. No Congresso, após ásperos debates, cerca da metade dos congressistas, na sua maioria não comunistas, retirou-se em protesto contra os procedimentos de seleção de delegados (entre outros aspectos) e a negativa dos comunistas a incorporar ao Congresso um sindicato rural de alto significado simbólico para um setor da esquerda, bem como pela falta de garantias no controle do número de filiados de cada sindicato.

Para superar a divisão, chegou-se a uma série de acordos sobre a integração dos organismos mais importantes da central, que significaram um empate na correlação de forças entre comunistas e não comunistas. Esta situação de empate político seria modificada no decorrer dos cinco anos de governo colorado. Os grupos não comunistas foram perdendo controle progressivamente de numerosos sindicatos, em particular dos que integravam o Secretariado Executivo, consolidando-se novamente uma clara hegemonia dos comunistas nos sindicatos e na central de trabalhadores.

A outra vertente do sistema político que contribuiu para aprofundar estas divisões e definir um novo perfil sindical, foi o desenvolvimento de espaços institucionais para processar os conflitos trabalhistas.

Constituiu-se em março de 1985 o Conselho Superior de Salários, por incitativa do MTSS. Seus objetivos iniciais foram a constituição de grupos conforme os setores de atividade, para discutir os acordos salariais cada quatro meses.

As primeiras rodadas salariais desenvolveram-se num clima que ainda mantinha alta dose de confrontação e desacordo entre empresários e trabalhadores. Contudo, os sindicatos mais fortes lograram vantagens salariais significativas nesses dissídios.

A partir de 1986 começou-se a subscrever os primeiros convênios coletivos que fixavam a variação salarial pelo período de dois anos. Um dos primeiros acordos assinados foi o do sindicato têxtil, através do qual obteve aumentos salariais superiores à média conquistada pelos demais sindicatos, ao mesmo tempo em que se situava como o primeiro sindicato a incorporar no convênio cláusulas que defendiam o trabalhador frente ao desemprego originado pela introdução de novas tecnologias. Estas disposições entraram em crise frente ao primeiro episódio significativo de mudança tecnológica importante, como logo veremos.

O desenvolvimento destes espaços de institucionalização do conflito reforçou os grupos e dirigentes orientados a negociar, os quais vieram substituir os grupos e líderes que mantinham atitudes de oposição e enfrentamento. Este processo revela um reforço duplo, no sentido de que tanto a nova arena de negociação favoreceu a implantação de certas opções políticas, como estas contribuíram para assegurar a manutenção e aprofundamento dos novos espaços institucionais.

Este processo, por sua vez, contribuiu para uma nítida diferenciação entre o setor dirigente que detinha a responsabilidade da negociação, e as bases sindicais, que se limitavam a apoiar ou desaprovar as medidas e eleger as lideranças. Esta redução das "áreas de igualdade" presentes nas primeiras etapas do processo de reconstrução democrática modificou as formas de participação dos trabalhadores na ação sindical. A intensa atividade sindical desdobrada na última etapa do regime militar e no primeiro ano do governo democrático diminuiu notadamente nos anos seguintes.

O pouco espaço de mobilização deixado pelos convênios coletivos, e o desenvolvimento de um setor especializado na liderança sindical contribuíram para restringir as áreas de decisão e participação da massa sindical - o que se refletiu ao final do período colorado na evidente diminuição da capacidade de convocação do movimento sindical. Sem dúvida, outros fatores mais especificamente políticos também contribuíram para este resultado - embora não possamos analisá-los neste trabalho. Mas parece certo que a diminuição da capacidade de convocação do movimento operário teve uma importante variável explicativa na mudança nos processos de formulação e articulação das demandas que esboçamos acima.

Este processo macroinstitucional ocorreu também no sindicato têxtil, quando a reconstrução das identidades partidárias e a constituição de espaços institucionais de participação corporativa implicaram na substituição dos grupos não comunistas, menos

estruturados ideológica e organizativamente, dando lugar a uma liderança experiente na negociação, preparada para selecionar e controlar as demandas das bases, dentro de limites toleráveis para o sistema político e para os atores sociais, logrando a necessária legitimidade e reconhecimento como os interlocutores mais "razoáveis" frente ao governo e aos empresários.

Por sua parte, o sindicato têxtil também experimentou um forte processo de sucessão regional, em que a jovem liderança da época do PIT foi deslocada pelos veteranos dirigentes que retomavam sua atividade. Estas mudanças modificaram o estilo de ação do sindicato, que se orientou a negociar salários e a obter vantagens nos espaços institucionais gerados pelo governo. Neste sentido, o sindicato têxtil logrou acréscimos salariais mais elevados que outros sindicatos através dos convênios coletivos, devido a sua grande capacidade de mobilização e à importância estratégica do setor têxtil exportador na economia uruguaia.

Por sua vez, este processo modificou as formas de participação do sindicato têxtil, as quais se dirigiram à eleição de autoridades internas e a medidas de ação sindical, como greves e assembléias, enquanto a negociação salarial e participação em âmbitos institucionais ficava circunscrita ao grupo dirigente. As demandas foram canalizadas através destas instâncias formais de participação, o que restringiu a área de decisão da massa sindical e o interesse na atividade. No final da administração colorada, a capacidade de convocação do sindicato têxtil diminuiu consideravelmente, num clima de apatia crescente da massa trabalhadora.

6 A Negociação da Mudança Técnica

A negociação coletiva teve a temática salarial como eixo central, embora não se tenha limitado exclusivamente a isto. Um ponto muito importante deste processo foram os convênios que incluíram cláusulas que defendiam os trabalhadores do desemprego ocasionado pela inovação tecnológica. O convênio "modelo" neste sentido foi o realizado pelos trabalhadores e os empresários da indústria têxtil, que dedicou a esta temática um capítulo inteiro.

A indústria têxtil compõe-se de empresas vinculadas ao mercado interno e de empresas de exportação. Neste último setor algumas empresas importantes realizaram investimentos significativos em inovações tecnológicas, necessárias para adequar-se às exigências dos mercados de exportação.

O convênio têxtil foi assinado no primeiro semestre de 1986, quando o MTSS incentivou os acordos de longo prazo. Nos dois anos de sua vigência a conflitividade trabalhista foi mínima, ao mesmo tempo em que as condições salariais foram relativamente favoráveis para os trabalhadores. A vigência do convênio chegava até fins de maio de 1988, momento em que deveria ser novamente negociado.

Em fevereiro de 1988 começou uma greve na fábrica Alpargatas, poderosa multinacional do ramo têxtil, com investimentos na Argentina e no Uruguai. Este conflito alcançou um significado particular em dois planos: por um lado, mostrou os limites da negociação do desemprego tecnológico, à medida em que necessitou encarar uma situação de mudança técnica real, e não casos hipotéticos e incertos como os que estavam considerados implicitamente no momento de assinatura do convênio. Por outro lado, constituiu-se numa antecipação das dificuldades que a negociação das mudanças vinculadas à inovação tecnológica levantara tanto para os empresários como para os trabalhadores - num futuro em que o reequipamento industrial alcançará outras empresas e ramos de atividade.

Para os trabalhadores, acostumados a negociar salários e condições de trabalho no plano doméstico de indústrias com escasso reequipamento tecnológico, as novas condições colocam desafios que deverão enfrentar com imaginação e flexibilidade, de modo a manter suas reivindicações, garantindo, por sua vez, a continuidade das atividades empresariais.

Os empresários, por seu lado, demonstraram através do conflito da indústria têxtil, quais são os limites toleráveis da negociação pela redistribuição da renda por maior produtividade, e da manutenção de fontes de trabalho vinculadas à mudança técnica.

O conflito têxtil expressou, além disso, os interesses diferentes que um contexto de negociação da mudança técnica faz surgir entre os setores exportadores e aqueles vinculados ao mercado interno.

Neste sentido, o conflito da fábrica Alpargatas constituiu-se numa das ações mais importantes desenvolvidas pelos sindicatos têxteis no período de consolidação democrática, sendo, também, um dos mais significativos para o movimento operário em seu conjunto. Isto justifica uma descrição mais detalhada dessa experiência, em que se mostrarão as diferentes atitudes dos atores envolvidos, suas diferentes etapas e sua conclusão.

7 O Conflito da Alpargatas

No dia 26 de outubro de 1987, em função dos aumentos de produtividade que a empresa Alpargatas estava obtendo com a introdução de nova tecnologia, os trabalhadores e os patrões assinaram um convênio que estabelecia uma quantia especial que deveria ser paga ao pessoal no dia 26 de março de 1988. A 4 de novembro de 1987 os operários da Alpargatas aderiram a uma greve parcial convocada pelos trabalhadores do ramo têxtil. Este fato foi considerado pela empresa como violação do convênio têxtil pactado em 1986, entre o COT (Centro Operário Têxtil) e o AITU (sindicato empresarial do setor têxtil). Em razão da greve, a empresa Alpargatas despediu alguns trabalhadores e decidiu não pagar o que havia sido estipulado no convênio coletivo. A partir desse momento os trabalhadores da Alpargatas declararam-se em assembléia permanente.

Posteriormente a empresa afastou do cargo e demitiu um trabalhador e suspendeu outros dez, alegando ações de sabotagem no interior da fábrica, o que agravou o conflito. Como exemplo dos atos de sabotagem, a empresa citou o rompimento de vários pneumáticos de uma máquina, o que impediu a continuação do trabalho. Tal sabotagem foi desmentida pelos trabalhadores.

Como resultado de tais fatos, compareceram representantes da empresa Alpargatas à sede do MTSS, para comunicar ao governo sua intenção de acionar os mecanismos de promoção de um "lock out" patronal. Uma vez aberto o processo, começou um período de sete dias em que se buscava um entendimento entre as partes, requisito formal para declarar lícito o "lock out". Alpargatas esperou concluir o prazo sem participar das instâncias de conciliação, razão pela qual o "lock out" foi apenas formalmente endossado.

Ante esta atitude da patronal, o COA (Centro Operário de Alpargatas) decidiu, em assembléia geral, solicitar à justiça, como medida cautelar, o embargo preventivo correspondente sobre créditos, direitos e ações da empresa, alegando que esta não estava isenta do pagamento dos dias trabalhados em consequência do "lock out". O embargo solicitado pelos trabalhadores deveria abarcar o equivalente ao crédito trabalhista gerado pelas diárias perdidas pelo "lock out".

Além disso, o COA decidiu paralelamente iniciar os trâmites legais correspondentes à reclamação de pagamento dessas diárias. Ademais, facultou à Comissão Diretiva que pusesse em vigência, caso necessárias, as medidas solidárias de bloqueio contra a empresa, oferecidas pelas organizações sindicais de trabalhadores portuários, tanto a nível nacional como internacional.

O "lock out" patronal custaria à empresa, segundo estimativas empresariais, uma

perda diária de US\$ 4.000, além da perda de mercados internacionais por falta de cumprimento contratual.

O ponto de discórdia mais importante entre os operários e os empresários da Alpargatas era o artigo 5 do convênio da empresa, em que se afirmava que em razão das mudanças tecnológicas introduzidas pela empresa, os trabalhadores deveriam receber um pagamento parcial de 8% sobre o montante salarial do semestre. A patronal denunciou o convênio, alegando que os trabalhadores o haviam violado ao participar da greve geral do setor têxtil, o que contrariava o estabelecido pelo convênio geral. Os trabalhadores argumentaram que a greve geral, tendo sido convocada pela central do PIT CNT, constituía um caso expressamente autorizado pelo convênio.

Os trabalhadores reivindicavam uma contrapartida econômica em troca do aumento de produtividade conseguido através da inovação tecnológica. Por outro lado, denunciavam que a mudança técnica havia provocado uma redução no número de trabalhadores. Segundo os trabalhadores a empresa havia aumentado até 60% sua produção no setor têxtil, embora o ritmo de crescimento dos salários não acompanhasse esse maior volume produtivo. Como exemplo, os trabalhadores revelaram que, com a maquinária anterior, eram processados 1.000 quilos diários de algodão, enquanto com as novas mudanças técnicas passou-se a processar 19.500 quilos por dia. Por outro lado, dos 36 operários da equipe inicial só permaneceram 9 trabalhando na empresa. Os trabalhadores também se queixavam de que a empresa exigia uma produtividade muito alta aos aspirantes a ocupar um posto de trabalho, o que impedia a incorporação de pessoal à fábrica.

A reivindicação sindical, em síntese, consistia no cumprimento dos acordos de que a patronal deveria pagar 8% sobre os salários do semestre como incentivo pela produtividade maior, e a repartição do trabalho disponível para evitar recurso ao seguro desemprego.

Como substrato do conflito da Alpargatas, os trabalhadores denunciaram o interesse dos empresários em desconhecer o convênio geral de todo o ramo têxtil, em que se incluíam cláusulas que impediam despedir ou suspender trabalhadores em consequência da incorporação de tecnologia mais moderna. Estava faltando pouco para que esse convênio geral caducasse, quando surgiu o conflito da Alpargatas. Na opinião dos sindicalistas, o objetivo encoberto dos empresários têxteis consistia em criar condições que impedissem a assinatura de um novo convênio geral para a indústria têxtil, com condições similares às vigentes.

Os trabalhadores também criticaram a atitude do Ministério do Trabalho, por não desejar homologar um convênio geral têxtil em condições similares ao vigente. Para o MTSS, ao contrário, o conflito de Alpargatas não tinha nenhuma relação com a

negociação de renovação do convênio a longo prazo para a indústria têxtil. Tampouco aceitou a colocação dos trabalhadores, de que as demissões eram uma consequência da introdução de nova tecnologia. Pelo contrário, considerou que a empresa havia incorporado mais pessoal graças à inovação tecnológica. Na sua opinião, os problemas da empresa Alpargatas reduziam-se a problemas disciplinares vinculados a um pequeno grupo de trabalhadores revoltados.

Os empresários, por sua parte, contra-atacaram acusando os sindicalistas têxteis de dificultar deliberadamente as negociações para o planejamento de um novo convênio coletivo. Os empresários alegaram que a sua política havia sido a de adaptar-se às normas oficiais de atualização salarial. Esta política levava, na sua opinião, a que os trabalhadores do setor têxtil aumentassem seu poder aquisitivo 83,84% acima do IPC. Além do salário, os trabalhadores do setor recebiam incentivos por presença e produtividade, que elevaram o seu salário a cifras superiores. O desejo de manter esta situação privilegiada face ao conjunto dos trabalhadores incentivava os dirigentes operários têxteis a criar situações conflitivas para posteriormente poder impor suas condições.

Tampouco o reequipamento tecnológico significou perda de fontes de trabalho, na opinião dos líderes empresariais. Conforme o convênio vigente para toda indústria têxtil, que era acatado pelo empresariado, os trabalhadores que fossem deslocados, terminavam sendo reabsorvidos pela empresa.

Ao mesmo tempo em que se desenvolvia o conflito de Alpargatas, ocorriam demissões e suspensões em algumas empresas têxteis. Face a esta situação os dirigentes operários de ramo têxtil convocaram uma greve geral do setor com ocupação dos locais de trabalho. Em resposta, 12.000 operários ocuparam 75 fábricas têxteis.

Simultaneamente, a Comissão de Assuntos Trabalhistas do Senado decidiu intervir no conflito de Alpargatas, convocando os Ministros de Economia e do Trabalho de modo a buscar soluções de mais alto nível.

Iniciadas as negociações, a empresa e o sindicato concordaram numa série de pontos, estabelecendo a forma de retomada do trabalho, empréstimos aos trabalhadores pelo tempo perdido, prestações adicionais para os que quisessem valer-se do seguro-desemprego, prêmios eventuais pela pacificação trabalhista e condições para futuros desentendimentos, tais como a necessidade de pré-aviso para medidas de força. Mas o desacordo persistiu em dois pontos: a demissão de um trabalhador e as sanções que se tomariam contra os trabalhadores considerados indisciplinados pela empresa.

Para superar o problema das sanções, o MTSS propôs a reabertura da fábrica por um

prazo máximo de 12 horas diárias, reintegrando os trabalhadores despedidos de maneira gradual, de modo que num período máximo de quatro meses a totalidade dos trabalhadores estivesse cumprindo suas funções.

Os trabalhadores não reintegrados dentro dos primeiros sete dias teriam direito a recorrer ao benefício do seguro-desemprego. E, assim, através desta proposta, os trabalhadores e a empresa deveriam adiar por um período de 120 dias a consideração de aplicar sanções, pontos esses que seriam novamente considerados 90 dias após reiniciadas as atividades. Foi também proposta a formação de uma comissão de conciliação para tratar dos casos de trabalhadores que a empresa não desejava reintegrar. Por outra parte, considerou-se que qualquer solução que se alcançasse para o conflito da Alpargatas não deveria envolver uma negociação dos acordos de todo o setor têxtil.

A Diretoria da Alpargatas considerou ofensiva a proposta do MTSS de congelar as sanções durante 120 dias. Em resposta, emitiu um comunicado em que reclamava o direito de exercer seus poderes disciplinares, e onde questionava a viabilidade da política do MTSS dirigida à implantação de um marco de ação favorável ao desenvolvimento empresarial. Por sua vez condenou a tentativa do sindicato operário da Alpargatas de fomentar a desordem e a adoção de greves "seriadas" (por intervalos de tempo muito breves durante a jornada de trabalho), pois produziam danos irreparáveis nas máquinas e instalações da fábrica.

Por seu lado, o Ministério do Trabalho mostrou-se surpreso com o estilo do comunicado e deplorou a atitude da empresa de ameaçar com sua evasão do mercado uruguaio.

Paralelamente ao conflito de Alpargatas desenvolviam-se negociações para a assinatura de novo convênio têxtil. AITU (sindicato empresarial têxtil) ratificou a linha do convênio então vigente, no sentido de que as mudanças tecnológicas não implicariam em suprimir postos de trabalho. Mas, por outra parte, advertiu que os empresários têxteis não poderiam aceitar um convênio semelhante ao que estava terminando, porque muitas circunstâncias econômicas que caracterizavam a situação anterior haviam mudado significativamente.

A delegação do COT (Congresso Operário Têxtil), após comparecer à Câmara Industrial e depois do fracasso das primeiras negociações, declarou que os empresários têxteis não tinham vontade de negociar um novo convênio. Ante tal situação, declarou-se em estado de conflito por tempo indeterminado, convocando uma greve geral e manifestações de rua.

Por sua parte, AITU declarou que expulsaria de seu meio as empresas que

negociassem com os sindicatos a prorrogação do convênio têxtil, sem prejuízo de outras sanções. A medida foi votada pela unanimidade dos presentes, que representavam 84% dos filiados à câmara empresarial têxtil.

Contudo, 7 empresas declararam-se dispostas a negociar uma lista de condições elaborada pelo COT. Nesta lista os sindicatos têxteis pediam a extensão do convênio vigente pelo menos por mais seis meses, a criação de um fundo de solidariedade que seria descontado em folha do salário de cada trabalhador, em solidariedade com os sindicatos em greve, e o reconhecimento pela patronal da organização operária.

Como proposta, AITU expulsou duas das empresas que assinaram a lista de condições.

Neste contexto de conflitividade crescente, uma empresa cubana multou a empresa Alpargatas com 4.000 dólares diários por não cumprimento de contrato. Por sua vez, o presidente da União de Exportadores, câmara empresarial que nucleia as empresas vinculadas ao mercado externo, advertiu para os sérios prejuízos econômicos provocados pelo conflito sindical têxtil, na medida em que as empresas têxteis exportadoras recusavam pedidos ante a possibilidade de não poder cumprir com os seus termos.

Os trabalhadores têxteis, por sua parte, realizaram uma marcha e ocuparam diversas fábricas reivindicando um convênio similar ao que estava expirando. Estas ocupações foram desalojadas pela força policial.

O conflito de Alpargatas encontrou uma solução em meados de 1988, com a reintegração dos trabalhadores suspensos. A assinatura do novo convênio têxtil foi apenas lograda ao final desse mesmo ano, depois de árduas negociações, no marco das pautas oficiais impostas pelo governo para os acordos de longo prazo. Este convênio manteve e até melhorou as cláusulas relativas a desemprego tecnológico e a redistribuição de benefícios.

Neste sentido, a ação do sindicato de Alpargatas e do sindicato têxtil em geral conseguiu defender as fontes de trabalho face à introdução de novos equipamentos técnicos, ao mesmo tempo em que criou um modelo de convênios para futuros processos deste tipo. Embora este convênio deixe de lado muitos aspectos relacionados com a necessária resposta sindical à renovação tecnológica, abre caminho para aprofundar uma linha de negociação que estava ausente da prática cotidiana dos trabalhadores uruguaios, e que se tornará cada vez mais necessária, à luz dos processos de reconversão econômica iniciados pelas economias da região.

Notas

- (1) GARGIULO, Martín. Estado, Sindicatos y Sistema Político en el Uruguay Actual. Montevideo: CIEDUR, 1984.
- (2) Idem.
- (3) FILGUEIRA, Carlos. Organizações Sindicais y Empresariales ante las Políticas de Estabilización. Uruguay, 1985-1987.
- (4) RIAL, Juan. Concertación y Gobernabilidad: Proyecto. Acuerdo Político y Pacto Social. La Reciente Experiencia Uruguaya. CIESU, DT 124, 1985.
- (5) Os dados sobre conflito de Alpargatas foram tomados de informes semanais de NOTAS (Noticias y Acción Social, Centro de Información y Documentación).